



REVISTA DO SESCONRS

ANO XIV | Nº 87 | JULHO DE 2019

Mala Direta
Básica

9912398382
ECT/DR/RS



ENTREVISTA

Luis Carlos Heinze

“Nós teremos um país
melhor daqui a quatro anos”

PÁG. 6

PONTO DE VISTA

Luís Augusto Lara

Depois da crise, chegou
a hora do CRESCER RS

PÁG. 22



A imprescindível REFORMA TRIBUTARIA

PÁG. 12

PÁG. 12

CONTABILIDADE DIGITAL

INTEGRADA COM SEU CLIENTE

Plataforma de gestão número 1 para PMEs

Omie.Club Infinity

vantagens
exclusivas para
contadores
parceiros.

Ganhe mais de 70%

de produtividade
e reduza erros
e atrasos no
recebimento
de documentos.

99% de aprovação.

O melhor índice
de satisfação
do Brasil para o
segmento.

Omie

VIVA TODO SEU POTENCIAL

omie.com.br/contadores

**PALAVRA
DO PRESIDENTE**



CÉLIO LEVANDOVSKI



Rua Augusto Severo, 168 - Porto Alegre/RS
CEP 90240-480 - Tel.: 51 3343 2090

EXPEDIENTE

DIRETORIA 2018-2022 - TITULARES

Presidente:

Célio Luiz Levandovski

Vice-Presidente de Gestão:

Valdir Ferreira Rodrigues

Vice-Presidente Administrativo:

Flávio Dondoni Junior

Vice-Presidente Financeiro:

Flávio Duarte Ribeiro Junior

Vice-Presidente de Assuntos Legislativos:

Maurício Gatti

Diretora de Assuntos Jurídicos:

Ana Paula Mocellin Queiroz

Diretor de Educação:

Marcelo Alexandre Vidal

Diretora de Eventos:

Lucia Elena da Motta Haas

Vice-Presidentes Regionais:

Tânha Maria Laueremann Schneider

Roberta Salvini

Emerson Dornelles Brandão

Paulo Roberto Salvador

Diretor Regional:

Rafael Echevarria

SUPLENTES

Ane Elisa Moller Dapper | Alexandre Sehn |

Carmen Alves Tigre | Caroline Sebastião de

Oliveira | Felipe Faccioni | Jandir Dickel | Jéssi-

ca Benetti de Oliveira | Patrícia de Souza Arru-

da | Paula Dahmer Reis | Rubilar Jose Bernar-

des Filho | Wanderson Ferreira Garcia

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Rogério Costa Rockembach | José Roberto dos

Santos Pires | Ivan Roberto dos Santos Pinto

Júnior

SUPLENTES

Eduardo Sinigaglia | Carlos Zenon Koch da Sil-

va | Roberto da Silva Medeiros

DELEGADOS REPRESENTANTES

JUNTO À FEDERAÇÃO:

TITULARES

Célio Luiz Levandovski

Diogo Ferri Chamun

SUPLENTES

Jaime Gründler Sobrinho

Flávio Dondoni Junior



CONSELHO EDITORIAL

Antonio Palácios | Célio Levandovski | Diogo

Chamun | Flávio Dondoni Junior | José Ro-

berto Santos Pires | Marcelo Alexandre Vidal

| Maurício Gatti | Nelson Dutra | Rui Castiglia |

Valdir Ferreira Rodrigues

PRODUÇÃO

Office Press Comunicação

Jornalista responsável: Guto Moisés

(Fenaj 6543/RS)

Produção: Paola Vechi

Redação: Verônica Souza e Marcos de Castro

Reportagens: Cristiano Abreu e Amanda

Landerio

Edição: Guto Moisés

Fotos: Office Press e Arquivo SESCOBRS

Revisão: Luciane Tavares

Editoração eletrônica: PenseDesign

Comercialização de anúncios:

officepress@officepress.com.br

Tel.: 51 3325 6061



A ideia é boa. A simplificação de cinco impostos em um só tributo é uma racionalização que vai além das atividades fiscais.

Índice

JUL/2019

- 03 PALAVRA DO PRESIDENTE**
Nonono
- 05 GESTÃO PÚBLICA EFICAZ**
Os talentos da gestão pública
- 06 ENTREVISTA**
Luis Carlos Heinze – “Nós teremos um país melhor daqui a quatro anos”
- 08 NEGÓCIOS**
A estratégia de RH para os escritórios contábeis
- 10 LADO B**
De Fusca para lua de mel ao Galaxie para casamentos
- 12 CAPA**
[PEC 45: a imprescindível Reforma Tributária](#)
- 16 ATUALIDADES**
Fenacon apresenta propostas para o eSocial
- 17 OPINIÃO**
Criptomonedas como classe de ativos para investir
- 18 INTERIOR**
Bate-papo Contábil em Lajeado
- 19 AÇÕES SESCOBRS**
Marchezan e dirigentes da JUCISRS na reunião de diretoria
- 20 SERVIÇOS**
O lugar certo para eventos corporativos
- 21 CAPACITAÇÃO**
Pós em Contábeis e módulo Internacional em Portugal
- 22 PONTO DE VISTA**
Depois da crise, chegou a hora do CRESCE RS

Os talentos da gestão pública

Novos tempos chegam na área pública. A começar pela escolha dos gestores que hoje atuam na equipe do Prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior. Uma de suas principais ações ao assumir o comando do Paço Municipal foi a de institucionalizar o Banco de Talentos (BT) com o objetivo de selecionar, por meio de critérios técnicos, a contratação dos Cargos em Comissão (CCs).

A experiência, já exitosa, recebeu mais de 15 mil currículos nos últimos dois anos. Dos candidatos que se apresentaram para exercer uma função pública em cargos comissionados, mais de três mil passaram por entrevistas, o que garantiu também a permanência de 100 servidores CCs da gestão anterior. Hoje, o quadro de cargos em comissão é de 841 contratados e todos os CCs passaram pelo processo seletivo do Banco de Talentos.

De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura da capital, a indicação para o cadastramento no BT vem de vários lugares: entidades, sindicatos, universidades, empresas e também de partidos políticos. A grande diferença é que a nomeação está condicionada à análise técnica de cada profissional, que é escolhido para funções para a qual possui formação teórica e conhecimento prático. O resultado é uma administração mais eficiente. O prefeito buscou apoio de entidades, ouviu especialistas e construiu parcerias com organizações da sociedade civil, como a Comunitas, além da consultoria Cássio Mattos Group e da ABRH-RS.

No início, todo o processo era manual. Hoje, os currículos são filtrados e cadastrados no link <http://alfa.portoalegre.rs.gov.br/gp/projetos/banco-de-talentos>, que contém todas as orientações para os candidatos.

O sucesso da iniciativa do prefeito Marchezan Júnior está presente em vários escalões e níveis da gestão municipal, entre as quais se destaca a diretora-presidente da Companhia Carris Porto-Alegrense, Helen Machado. Efetivada como presidente, Helen e sua equipe, todos escolhidos pelo Banco de Talentos, buscaram nas ferramentas de gestão a superação da crise. Focada em preparar a empresa para o futuro, montou estruturas eficientes e enxutas e reduziu o déficit da empresa de R\$ 74 milhões para R\$ 19,2 milhões. Outros nomes que foram contratados recentemente pelo Banco de Talentos são: o secretário de Parcerias Estratégicas, Thiago Barros Ribeiro; de Infraestrutura, Marcelo Gazen; o Diretor-Adjunto do DMAE, Leomar Nestor Teichmann e o Secretário Municipal Extraordinário, Rodrigo Mata Tortoriello.

Todos tiveram os currículos avaliados e passaram por entrevistas com profissionais de Recursos Humanos e com o próprio prefeito. “Queremos os melhores talentos trabalhando na administração da cidade e queremos os servidores públicos de Porto Alegre fazendo parte deste processo. Gente comprometida e muito capacitada para fazer uma gestão orientada para resultados, com foco no desenvolvimento econômico e no combate à



HELEN MACHADO



THIAGO BARROS RIBEIRO



RODRIGO MATA TORTORIELLO

pobreza”, afirma Marchezan.

Neste sentido, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul também possui o programa Qualifica RS com ações estratégicas em capital humano, iniciando pela seleção de cargos comissionados da Secretaria de Educação e da Secretaria de Planejamento. De acordo com o Governador Eduardo Leite, “o Qualifica RS é fruto de uma parceria entre o Governo do Rio Grande do Sul e a Fundação Lemann, que tem somado esforços em projetos que promovam o aprimoramento da gestão pública, por meio da produção de conhecimento, mobilização social e estruturação de modelos e boas práticas, entre outras ações.

LUIS CARLOS HEINZE

“Nós teremos um país me

O Senador Luis Carlos Heinze é engenheiro agrônomo, foi Prefeito de São Borja e Deputado Federal. Experiente congressista, tem em sua pauta temas que vão além da Agricultura, setor econômico que sempre foi sua bandeira em seus mandatos. Heinze quer maior liberdade para que as empresas possam investir no Estado, além de contribuir com projetos de infraestrutura e de energia.

Quais são os principais eixos de sua atuação no Senado na defesa de projetos do nosso Estado?

Em primeiro lugar, estamos trabalhando nas reformas necessárias ao Brasil. Isso é um ponto importante, porque diz respeito à Reforma da Previdência e na Reforma Tributária, além do pacote Anticorrupção do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. São estes os três grandes eixos que estarão na pauta neste segundo semestre. Além disso, temos atenção especial na questão da dívida pública com a União do RS em mais de 60 bilhões, como também nos créditos da Lei Kandir que podem chegar a 600 bilhões. Já tivemos um primeiro debate com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e vamos atuar mais fortemente para o recebimento destes créditos. Não é uma ação isolada, mas em

conjunto com os demais Estados que possuem dívidas com a União e créditos da Lei Kandir.

O setor do agronegócio é uma pauta que sempre esteve presente em sua liderança na Câmara dos Deputados. Quais as outras áreas que fazem parte do seu plano no Senado Federal?

A agricultura é o carro chefe do RS. É uma bandeira que assumi desde Deputado e prossigo com estes objetivos, bem como a preocupação com a infraestrutura, inclusive com a deficiência de energia, onde importamos mais de 50% do que se consome. Existem espaços para o crescimento de energia solar, eólica, hídricas, carvão vegetal, como fontes energéticas possíveis em nosso Estado.



São alternativas que irão possibilitar a autossuficiência em energia em um médio prazo. E dentro deste contexto, a necessária evolução em termos de rodovias, hidrovias, pontes, aeroportos, tão importantes para que possamos ter o desenvolvimento do Estado. Atualmente a nossa logística é a mais cara do Brasil.

Onde se insere a tecnologia no desenvolvimento do Estado?

Nós temos o Tecnopuc, o Tecnosinos, que são importantes aceleradoras de startups. Nós queremos que estes modelos de negócios atendam o setor da Agricultura,

Além disso, temos atenção especial na questão da dívida pública com a União do RS em mais de 60 bilhões

lhor daqui a quatro anos”

que é muito carente de ideias inovadoras e criativas para o seu desenvolvimento em maior escala.

A defesa da agricultura lança luzes a outras ações necessárias para a logística de transporte rodoviário.

Sobre as demandas das rodovias eu já fiz alguns encontros com os prefeitos da Serra Gaúcha, do Vale do Caçado, onde discutimos quais os trechos que podem ser duplicados e concessionados. Também nos reunimos com os prefeitos da Grande Porto Alegre. E a partir deste passo estamos avaliando as demais necessidades comuns de todo o Estado para definir propostas de duplicações e de concessões. Um exemplo é a BR 116 entre Porto Alegre e Rio Grande, que ainda precisa de mais de R\$ 600 milhões para a sua conclusão. Se uma parte deste trajeto for concessionada, entre Camaquã e Pelotas, por exemplo, a obra poderá ser concluída em dois anos.

Além da BR 116, existem outras artérias importantes para movimentar a produção econômica do estado. Quais seriam as prioridades?

Temos também as estradas que vão para a Serra Gaúcha, como as rodovias 285, 386, 448, 470 e vários outros trechos que podem ser concessionados, no que diz respeito às estradas Federais. Existem também outras estradas Estaduais que poderão ter investimentos a partir das concessões. Sem esque-

cer das pontes a serem resolvidas, como em Itaqui-Uruguaiana, Itaqui-Alvear-Porto Xavier, que são ligações com a Argentina. Outra ponte é no rio Uruguai, em Jaguarão.

E como o senhor avalia os outros modais de transporte?

Da mesma forma estamos examinando os demais modais de transporte, como as hidrovias. Existem 1.200 km de hidrovias no Estado, as quais são pouco utilizadas. As ferrovias também fazem parte deste contexto. Existem audiências públicas já agendadas para discutir a malha Sul e a Norte-Sul, que é uma estra-

da férrea que sai de São Paulo e vai até Rio Grande, passando pelo Paraná e Santa Catarina. Além disso, podemos reexaminar os 3.200 km de ferrovias prontas no RS, das quais existem diversos trechos desativados, a exemplo de Vacaria-Caxias do Sul, Passo Fundo-Erechim, Santa Rosa-Santiago. Nós temos muito para fazer com projetos de rodovias, hidrovias, ferrovias, pontes, além de portos e aeroportos, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Depois de passar as principais reformas, da Previdência e Tri-

butária, qual será sua pauta no Senado?

Teremos pela frente a diminuição da máquina pública e também questões sobre a reforma trabalhista, que teve sua implementação do governo anterior. Em pouco mais de três meses já debatemos e foram alteradas as NRs (Normas Regulamentadoras) números

1, 2, 3, 12 e 28, as quais favorecem o investimento do setor de calçados, metal mecânico, fumo, arroz, e outros segmentos. O objetivo é facilitar investimentos dos empresários do Campo, do Comércio, da Agricultura e da Indústria, para que se possa ter mais li-

berdade na contratação de empregados. Temos uma legislação muito atrasada que impede investimentos dos empresários do RS e no Brasil. Isso significa também diminuir o custo no Brasil, com menor carga tributária para as empresas e facilitação para a geração de empregos a partir da revisão de outras NRs. São atividades que seguramente irão contribuir para o crescimento do RS. Por certo, nós teremos um país melhor daqui a quatro anos. As dificuldades são imensas e não será em seis meses que iremos dar conta de tantos ajustes necessários. Mas isso é a nossa obrigação no Senado federal.

Em pouco mais de três meses já debatemos e foram alteradas as NRs números 1, 2, 3, 12 e 28

A estratégia de RH para

Os escritórios contábeis estão cada vez mais atentos que para sustentar seu crescimento e, melhor atender seus clientes, é necessário investimentos em seus Recursos Humanos. Um exemplo desta estratégia tem sido a empresa RG Contadores, de Florianópolis. De acordo com Ana Paula Meurer Delai, gerente de RH, a política de cargos e salários começou em 2011: “na ocasião, os três gerentes de Departamento Pessoal, que atendiam os nossos clientes, receberam a missão da Diretoria para abraçar um novo desafio: assumir o RH interno e estruturar o plano de cargos e salários da empresa”. De acordo com a gerente de RH, “foi uma necessidade que estava sendo levantada pelas lideranças e também pelos colaboradores. Uma carência de vislumbrar uma carreira dentro da empresa. Onde estou entrando, qual é a minha posição hoje e até onde posso evoluir. Quais os caminhos que eu posso trilhar dentro da empresa. E foi para atender estas questões de carreira que a empresa decidiu construir suas políticas, de equalizar as renumerações, com critérios globais para todas as áreas”, comentou.

Para organizar o processo, a empresa buscou uma consultoria especializada que acompanhou todo o projeto por um ano, desde a etapa de sensibilização com to-



ANA PAULA MEURER DELAI

“As políticas de RH não podem ser rígidas. Não se pode dizer que após o plano aprovado não se pode alterar, pois existem mutações próprias da gestão em RH.”

ANA PAULA MEURER DELAI

das as lideranças e colaboradores, em conjunto com a pesquisa de clima organizacional. O passo seguinte foi a descrição de cargos e as entrevistas individuais, fundamentais para definir as atividades e conhecer as expectativas dos funcionários e suas habilidades. “Depois destas fases foi feita a consolidação das informações, pesquisa de mercado salarial até a construção da nossa tabela salarial e a política de RH”, explica Ana Paula.

ASCENÇÃO

Neste sentido, um dos aspectos importantes neste processo é o

que os colaboradores precisam desempenhar para seus crescimentos, tanto de forma vertical (promoção para novo cargo) como horizontal (evolução no mesmo cargo).

Com a implementação do plano de carreira, a empresa adotou também o aperfeiçoando do processo de Recrutamento e Seleção, como também a realização de treinamento e atualizações técnicas para suas equipes. “As políticas de RH não podem ser rígidas. Elas precisam de atualizações constantes. Não se pode dizer que após o plano aprovado não se pode alterar, pois existem mutações próprias da gestão em

os escritórios contábeis

RH”, comentou a especialista em RH. Com 105 funcionários, a RG Contadores está atualizando seu plano de carreira, com aplicação de uma nova pesquisa de clima organizacional. “Quando você institui o plano existe um período de maturação. E após colocar o sistema para rodar, em tempos em tempos, é preciso fazer ajustes em função dos cenários, do mercado”, acrescentou.

Em relação aos jovens, que estão em fase inicial no mercado de trabalho, a executiva de RH diz que “eles são um desafio. É uma geração que nasceu conectada, são muitos tecnológicos. Nós, enquanto lideranças, temos que buscar maneiras de fazer com que estes jovens tenham aderência à nossa cultura e extrair o que tem de melhor deles. Nós temos experiência e conhecimento, eles são tecnológicos, inovadores, criativos, por que não aliar as duas coisas e extrair o melhor de ambas as gerações. Este é o desafio da gestão de RH. É importante criar espaço para que eles possam sugerir. De se sentirem integrantes da empresa”, concluiu.

DIFERENCIAL

Na avaliação da diretora da Possibilitá Desenvolvimento Ser



CRISMERI DELFINO CORRÊA

“O plano de carreira tem como objetivo oferecer uma estrutura de cargos e salários. É uma oportunidade do colaborador ver seu crescimento dentro da empresa.”

CRISMERI DELFINO CORRÊA

Humano e presidente da ABRH-RS, Crismeri Delfino Corrêa, “o plano de carreira tem como objetivo oferecer uma estrutura de cargos e salários, promovendo a equidade na organização. É uma oportunidade do colaborador ver seu crescimento dentro da empresa, ter um motivo de buscar seu desenvolvimento e, assim, mudar de cargo ou atividade, desafiando-se na sua trajetória. Segundo a especialista, o Plano de Carreira é um diferencial, pois demonstra que aquela empresa está preocupada com o crescimento dos seus colaboradores, além do que, acredita

que as pessoas podem buscar novos desafios. Mostra que a empresa é mais estruturada no quesito gestão de pessoas, sendo diferencial e atrativa no mercado.

A possibilidade de realizar uma gestão de cargos e salários se aplica desde que a empresa tenha uma equipe com “o mínimo suficiente para ter crescimento vertical ou horizontal”. Para Crismeri, o processo de cargos e salários “começa na decisão da alta gestão e a implantação do projeto de RH inclui as seguintes fases: descrever as atividades, identificar as pessoas, mostrar a trajetória e criar novos desafios”, finalizou.

De Fusca para lua de mel a

Os empresários contábeis, Daiane e Gelson Joni, se casaram e viajaram em lua de mel em um Fusca 1967 até Garopaba. Mas isso não aconteceu na década de 60 e sim em 2008. A escolha do carro para esta romântica aventura faz todo sentido quando o casal é aficcionado por carros antigos desde que se conheceram. “O primeiro Galaxie do Gelson, ano 81, foi vendido para dar entrada na nossa casa, quando casamos. Foi uma tristeza enorme para ele e meses depois eu comprei outro ainda mais original. Fiz uma surpresa em seu aniversário”, conta Daiane, que não esconde sua paixão pela coleção de 15 carros raros que estão nas cidades de Cachoeirinha e Caxias do Sul, onde possuem moradia.

Na preciosa frota de automóveis está um Lincoln 1956, uma raridade que faz sucesso pelas ruas e, principalmente, quando usado para levar noivas às igrejas e nas cerimônias sociais. Isso porque a ideia da coleção de carros antigos virou um segundo negócio aos empresários contábeis. “Primeiro começou com o empréstimo aos amigos, que desejavam circular com os carros em ocasiões marcantes. Logo percebemos que a locação dos veículos poderia render receitas próprias, inclusive para suas manutenções”, diz Daiane, com o pensamento contábil em mente.

Além da locação para eventos sociais, os carros já fizeram parte de filmes e comerciais. A ideia deu tão certo que os veículos fazem parte de eventos corporativos, festas de 15 anos, de formaturas e, claro, de muitos casamentos. “Sobre a esco-

lha da coleção dos carros para as noivas, a decisão final é sempre da mãe da noiva”, comenta Gelson. Segundo o colecionador, pela responsabilidade que existe em uma data tão especial como um casamento, “sempre solicitamos uma segunda opção de veículo, como segurança, uma vez que a antiguidade dos carros pode apresentar alguma falha mecânica ou elétrica”.

“Seja em um Lincoln, num Galaxie, em uma Mercedes ou Fusca, a entrada triunfal dos protagonistas das festas é sempre algo inesquecível, como uma cena de filme que se guarda para sempre”, diz Daiane, que também experimentou este momento no dia do seu casamento, chegando à igreja em um reluzente Galaxie Landau.

O casal, que possui duas filhas, Joanna e Alice, com nove e cinco anos, respectivamente, gosta também de curtir os carros raros em encontros de colecionadores no



A MESA DE TRABALHO FAZ PARTE DA PAIXÃO

Brasil e no Uruguai. “E vamos andando, em grupos, nos encontrando pelo caminho, até a chegada aos locais de desfile e apresentação”,



O FUSCA ANO 1967 QUE O CASAL VIAJOU EM LUA DE MEL

O Galaxie para casamentos



POR GALAXIE DE GELSON JONI

comenta Daiane. Como é um evento que atrai muita gente que admira as raridades sobre rodas, “tivemos a ideia de fazer um encontro anual

para arrecadar fundos para a paróquia de Santa Lúcia do Piaí, que fica próxima de Caxias do Sul. O resultado foi altamente positivo e agora é realizado de forma permanente, todos os anos”, disse o colecionador benemérito que lidera esta ação pela causa de Santa Lúcia.

LIVRO

A paixão pelo modelo Ford Galaxie virou livro. Em uma edição de luxo, com 330 páginas, Gelson fez o duplo papel de autor e organizador da inédita obra que narra a história desde seu criador Henry Ford até sua fabricação no Brasil. O livro faz uma linha do tempo entre 1960 e 1983, quando a Ford encerrou sua produção. Em suas páginas, com textos de pesquisa, depoimentos e fotos, é possível conhecer a trajetória deste automóvel que foi símbolo de luxo e da alta classe social. Inclusive, foi o veículo presidencial por quase 30 anos. Da mesma forma



O GALAXIE EM LIVRO DE LUXO

que os Galaxie são raros, a editora Alternativa fez a impressão de um número limitado da obra e boa parte de seus exemplares, claro, já fazem parte do acervo bibliográfico dos colecionadores no Brasil. A obra também tem a honra de estar na biblioteca da sede da Ford, no Brasil.

FUSCA

E o Fusca da lua de mel, que fim levou? “Pois é, certa vez recebemos uma proposta irrecusável, um bom dinheiro. Foi aí que eu e a Daiane olhamos o carro lá guardadinho debaixo de uma capa, pensamos, e para não cairmos na tentação de vendê-lo decidimos colocar o carro em nome da nossa pequena filha, Alice, de cinco anos. Acredito que lá na frente, quando ela tiver 18 anos, ela vai saber o que fazer”, comentou Gelson, torcendo para que o querido Fusca fique muito mais tempo em família.



GALAXIE, NOIVA E IGREJA, COMBINAÇÃO PARA UM DIA ESPECIAL

PEC 45: a imprescindível

A ideia é boa. A simplificação de cinco impostos em um só tributo é uma racionalização que vai além das atividades fiscais. Irá ter impacto direto na economia, com a uniformização das regras tributárias de norte a sul do país. Embora não signifique, inicialmente, na diminuição da carga tributária nacional, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) segue o modelo já adotado em vários países, notadamente na Europa, conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Nesse sentido, é que o Deputado Federal Baleia Rossi apresentou a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que consiste, essencialmente, em reorganizar a carga tributária, promover a simplificação do sistema tributário, visando reduzir a carga burocrática e aumentar a produtividade. Para esse fim, a proposta prevê a substituição de cinco tributos (Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (federal), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (federal), Contribuição para o PIS-Pasep (federal), ICMS (estadual) e ISS (municipal) por um único tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Estas mu-



DEPUTADO FEDERAL BALEIA ROSSI

danças têm como referência o modelo tributário desenvolvido pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), liderado pelo economista Bernard Appy e outros três especialistas. O projeto, segundo Rossi, busca simplificar o sistema tributário,

sem reduzir a autonomia de estados e municípios, que poderiam alterar a alíquota do IBS. “Os efeitos esperados são extremamente relevantes, com uma simplificação do sistema tributário brasileiro

e um aumento da produtividade e do PIB (Produto Interno Bruto) potencial do Brasil. O nosso sistema atual é uma bagunça. A simplificação vai permitir que empresários, consumidores e governos tenham nítido o que é pago de imposto no País. Isso vai diminuir o número de litígios judiciais, estimular o consumo e, portanto, aumentar a arrecadação”, afirmou Rossi.

Ao se referir ao andamento e aprovação da PEC 45, o deputado disse que “já houve iniciativas parecidas no passado, mas nunca tivemos um momento político tão favorável para executá-la. Afinal, metade do Congresso foi renovada com um perfil mais liberal”, analisou Rossi o contexto político para a votação em plenário. De todo modo, diz o parlamentar, “preciso ressaltar que estamos apenas no começo

A proposta prevê a substituição de cinco tributos (IPI (federal), Cofins (federal), PIS-Pasep (federal), ICMS (estadual) e ISS (municipal) por um único tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

vel Reforma Tributária



ECONOMISTA BERNARD APPY

das discussões no Congresso Nacional. O governo federal pretende fazer sugestões à nossa proposta. Além disso, todos os setores da economia serão ouvidos. Entendemos, ainda, que a reforma tributária será analisada com mais profundidade apenas após a aprovação da reforma da previdência. As duas, juntas, são um passo fundamental para retomarmos o crescimento da economia, com mais empregos e renda para o trabalhador”, afirmou. Para ele, a proposta eliminará a “guerra fiscal fratricida” entre estados e entre municípios, sem reduzir a autonomia dos entes federativos na gestão de suas receitas.

IMPOSTO ÚNICO

O IBS será regulado por lei complementar e composto por

três alíquotas – federal, estadual e municipal. “Para o contribuinte, será um único imposto, mas para os entes é como se cada um tivesse o seu próprio imposto, pois terão autonomia na fixação da alíquota”, afirmou Baleia Rossi. Nas transações interestaduais e intermunicipais deve ser aplicada a alíquota do estado e do município de destino.

Essas alíquotas serão calculadas pelo Tribunal de Contas da União e aprovadas pelo Senado Federal para repor perda dos tributos substituídos pelo IBS. A União, os estados e os municípios poderão fixar sua alíquota do IBS em valor diferente por lei ordinária. Essa alíquota deverá valer para quaisquer bens, serviços ou direitos. As empresas que fazem parte do Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar 123/06, podem manter o

sistema atual, sem apropriação ou transferência de créditos, ou então optar pela adesão total ao IBS, com redução da alíquota do Simples correspondente aos cinco tributos substituídos pelo IBS.

TRANSIÇÃO

A proposta estabelece duas regras de transição: uma sobre a substituição dos tributos e outra focada na repartição de receitas entre os entes federativos. A substituição dos tributos atuais pelo IBS está prevista para ocorrer em dez anos. Os dois primeiros são um período de teste do novo imposto, cobrado a uma alíquota de 1%, reduzida da Cofins para não haver aumento da carga e prejudicar estados e municípios. Nos oito anos seguintes, as alíquotas de todos os tributos serão reduzidas progressivamente e o IBS aumentado na mesma proporção.

Já para a repartição de receitas do IBS entre estados e municípios a transição prevista é de 50 anos. Nos primeiros 20 anos seria mantida a receita atual, corrigida pela inflação, com a parcela referente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tributada pelo destino. Nos 30 anos seguintes, a tributação de todo o IBS convergiria para o destino gradualmente.

SELETIVO

Uma das inovações da proposta é a criação de um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal. O tributo vai taxar pro-

duto com tributação maior para desestimular o consumo, como cigarro e bebidas alcoólicas. Sobre os demais produtos incidirá o IBS, a versão brasileira do imposto sobre o valor agregado comum na Europa e Estados Unidos.

DEVOLUÇÃO

O texto propõe que parte do imposto pago por famílias mais pobres seja devolvido através de mecanismos de transferência de renda. Para a transferência é feito o cruzamento do CPF dos consumidores, informado a cada aquisição de bem ou serviço, com o cadastro único dos programas sociais. “Trata-se de um mecanismo muito menos custoso e mais eficiente que o modelo de desoneração da cesta básica de alimentos”, disse Rossi.

RIGOTTO

Ao creditar a autoria técnica da reforma tributária ao econo-

mista Bernard Appy, o ex-presidente da Comissão da Reforma Tributária no Congresso Nacional, ex-deputado Germano Rigotto, disse que a origem

efetiva desse projeto faz parte do trabalho produzido no início dos anos 2000, quando percorreu o Brasil de norte a sul para ouvir empresários, entidades e os setores que representavam a produção econômica do país. “O nosso objetivo era buscar uma reforma fiscal com objetivo de racionalizar o sistema tributário, uma vez que não era possível continuar com esta quantidade de tributos que caía sobre o consumo”, relembra o também ex-governador do RS.

Para Rigotto, “é fundamen-

**Segundo Rigotto,
ex-presidente da Comissão
da Reforma Tributária,
“os profissionais contábeis
são os que mais sofrem
com esta imensidão
de normas e mudanças
fiscais sistemáticas”**

tal mexer no ICMS. O ICMS não pode continuar com 27 legislações, não pode ser cobrado na origem e sim no destino. É preciso ser enfrentada

esta mudança no ICMS, onde se freia a guerra fiscal, que não pode ficar como está”, disse. Rigotto é veemente ao afirmar que é necessário “atacar toda a estrutura tributária. Temos que ter uma reforma fiscal estruturante, que mexe em todos os impostos. É preciso buscar o que é imprescindível: a racionalização, a simplificação e a diminuição da evasão fiscal, através do combate à sonegação e da informalidade, devido a complexidade do sistema tributário”.

Ao analisar a questão da carga tributária, Rigotto é categórico em dizer que não é possível reduzi-la, na arrancada, com a adoção de uma nova sistemática de política fiscal. Mas com a reorganização dos impostos será possível arrecadar a mesma coisa em cima de uma base mais ampla e assim reduzir as cargas setoriais.

Sobre mudanças que possam ocorrer durante a votação, Rigotto destaca “que um remendo fiscal não resolve. Nós não podemos perder a chance de realizar esta adiada reforma tributária, mesmo sabendo que ela vai precisar de um período de transição. E esta transição, no decorrer dos dez anos, é o segredo para evitar as resistências em plenário. Será a chave para que o projeto seja aprovado”.



GERMANO RIGOTTO



DIOGO CHAMUN

EMPRESÁRIOS

Segundo Rigotto, ex-presidente da Comissão da Reforma Tributária, “os profissionais contábeis são os que mais sofrem com a esta imensidão de normas e mudanças fiscais que acontecem de forma sistemática através de decretos, portarias, leis complementares, ordinárias ou de medidas provisórias. A todo o momento existem alterações nas questões tributárias gerando um nó fiscal para os empresários e para a economia como um todo e somente a classe contábil para assegurar a garantia técnica às empresas no assessoramento destas questões fiscais”, disse. Para Rigotto, “isso é muito ruim para as empresas contábeis, por mais que sejam competentes, por mais que se atualizem, é muito complicado conviver com este cenário de normas e obrigações legais”.

Na avaliação do em-

presário contábil Diogo Chamun, que integra o grupo de estudos da Reforma Tributária no CFC e atua como Diretor de Assuntos Legislativo na Fenacon, “o conceito da PEC 45 é bom como justiça fiscal, mas (ainda) não conhecemos quais as alíquotas que serão definidas e nem os créditos permitidos. Isso nos preocupa muito, desconhecemos o quanto vai custar este novo modelo tributário. Qual o tamanho desta mudança, pois terão empresas que deverão pagar mais com

o fim dos benefícios e, outras, poderão obter reduções. O projeto, em sua essência, é muito positivo. A unificação dos cinco impostos/contribuições, o fim dos setoriais será importante para destravar a economia”, analisou Chamun.

Para ele haverá um trabalho redobrado no período dos dez anos de transição. “Teremos muito mais tempo envolvido com dois sistemas fiscais simultâneos até o IBS se tornar imposto único, após uma década. Os escritórios contábeis terão que acompanhar a escrituração fiscal atual em consonância com o processo de calibragem das alterações das alíquotas que o Tribunal de Contas da União irá apresentar a cada dois anos ao Congresso Nacional”, comenta.

Em sua análise, Chamun revela sua preocupação com a adesão dos Estados e Municípios ao IBS. “Sabemos que um dos principais problemas da reforma é a necessária unificação do ICMS, que ataca diretamente a guerra fiscal entre os Estados. E isso tem reflexo também nos municípios, os quais são os geradores da produção econômica”, conclui.

PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Extinção de tributos

IPI, ICMS (estadual), ISS (municipal), PIS/ Cofins.



Criação de tributos

Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), nos moldes de um imposto sobre valor agregado, e Imposto Seletivo.

Alíquotas IBS

O imposto será composto de três alíquotas (federal, estadual e municipal). Cada ente poderá definir o valor da própria alíquota que valerá para todo e qualquer bem, serviço ou direito.

Fonte: PEC 45/19

Fenacon apresenta propostas para o eSocial

O projeto do eSocial é um sistema em maturação que exige ajustes necessários para sua melhor aplicação, com resultados práticos para as empresas como também para a Receita Federal. É nesse vértice que o Sistema Fenacon, na representação de 400 mil empresas do setor de serviços, vem atuando junto ao órgão de fiscalização fiscal através de uma agenda de ações que tem a liderança do presidente, Sérgio Approbato Machado Júnior, e do vice-presidente Administrativo, Wilson Gimenez Junior.

É fato que a implementação do eSocial tem resultado em problemas para grande parte das empresas do país. As dificuldades vão desde a lentidão na transmissão dos dados até o cronograma de entrega. Com o intuito de simplificar o cumprimento dessa obrigação, a Fenacon elaborou um relatório com dez pleitos e sugestões que foi entregue à Receita Federal do Brasil.

Para aparar estas arestas, a Fenacon apresentou propostas de melhorias ao assessor especial da Receita, Altemir Linhares de Melo. De acordo com o presidente, o representante da Receita Federal foi receptivo às recomendações e destacou a necessidade de divulgação e orientação às empresas. “Apresentamos sugestões técnicas que vão aprimorar o andamento do projeto do eSocial. A nossa atuação é para construir, em conjunto, um projeto de melhoria do ambiente de negócios para o país, com es-



WILSON GIMENEZ JUNIOR

tabilidade e segurança para o fisco e para o contribuinte”, afirmou Approbato.

RECEITA FEDERAL

Passado o período entre a entrega dos pleitos e o momento atual, já houve, por parte da Receita Federal, alguns avanços importantes. Segundo o vice-presidente, Wilson Gimenez Junior, “vários pontos já avançaram muito. A morosidade na transmissão dos eventos de fechamento da folha nos dias que antecediam o prazo anterior foi resolvida com a possibilidade de transmissão até o 15o dia do mês subsequente. Também houve sinalizações por parte do governo, na última reunião do GT Confederativo do eSocial, em adiar a entrada dos eventos de SST na plataforma do eSocial; simplificar os processos por meio da eliminação de validações desnecessárias e informações redundantes, além da promoção de ações publicitárias

para divulgar a importância e obrigatoriedade do eSocial.

Além desta importante atuação junto a Receita Federal, a Fenacon também levou suas demandas sobre o eSocial para a Secretaria de Desburocratização, com o objetivo de ampliar seus esforços junto ao Governo a partir de sugestões já entregues ao Secretário Paulo Uebel.

SEGURANÇA JURÍDICA

O resultado destes pleitos para o setor de serviços “permitirá com que as empresas possam usufruir de uma maior segurança jurídica, conseguindo assim cumprir com o conjunto das obrigações do eSocial com maior tranquilidade, assertividade e menor custo”, disse o vice-presidente da entidade. Para Wilson Junior, “em decorrência do árduo aprendizado que todos os envolvidos estão tendo na implementação destas novas obrigações que compõe o eSocial, o intuito é de continuar mantendo esse diálogo franco e aberto com o governo para que a Fenacon leve sugestões, bem como os anseios, dores e dificuldades que os seus representados estão enfrentando no cumprimento das suas obrigações. Tudo com o objetivo de promover a melhoria e simplificação contínua de todas as escriturações digitais, a fim de melhorar o ambiente de negócios e diminuir o custo Brasil”, finalizou.

Criptomoedas como classe de ativos para investir

POR MARCOS FRITZEN

Se você pensa em criptomoedas como alternativa de investimento para ficar multimilionário, melhor jogar na mega-sena: as chances são remotas, mas custa menos. Se você pensa como um meio de pagamento mais rápido e barato para o seu dia a dia, faz todo sentido, mas ainda não. Estamos longe dessa realidade ainda. Mas, o fato é que foi criada uma nova categoria de investimento, uma classe de ativos como se diz no mundo financeiro.

Encerrado o último boom desta classe em 2017, quando o Bitcoin – principal ativo desta categoria – atingiu 20 mil dólares, no auge da bolha, e depois que estourou recuou para 3,2 mil dólares em janeiro de 2019, caindo 84%, muitos passaram a desacreditar totalmente nesta categoria. Agora que voltou a patamares acima de 10 mil dólares, novamente os holofotes começam a iluminar este mercado. Como a teoria sempre diz, o negócio é comprar na baixa e vender na alta. Pena que os vieses comportamentais, como o nosso desejo de participar de grupos – manadas –, fazem a quase que absoluta maioria dos investidores comprar na alta e vender na baixa.

Infelizmente, quando surgem inovações como estas, também existem aproveitadores que criam pirâmides financeiras e outros artifícios não legais que se utilizam

do desconhecimento das pessoas sobre o assunto. Criptomoedas, como outros ativos, geram retornos através da oscilação de seus preços, e estes muito mais que qualquer outro investimento de risco, justamente pelo fato de serem ainda ativos novos, onde há um grande grau de incerteza. Sempre fuja deste tipo de aproveitador. É muito fácil reconhecê-lo: vende altos retornos com baixíssimos riscos!

Atualmente, a principal função das criptomoedas tem sido como reserva de valor em países instáveis, com governos problemáticos, inflação alta ou com barreira à conversão internacional de moedas. Exemplos desses países são: China, Argentina e Venezuela, onde a criptomoeda vira uma moeda livre da inflação local. Nestes casos, a existência de um Banco Central não é nenhum “lastro” da segurança das moedas locais. Em países com políticas responsáveis, as criptomoedas ainda não constituem uma alternativa viável (simples, barata e de fácil conversão) para as pessoas, pois as moedas centralizadas (geridas pelos Bancos Centrais) funcionam bem.

Desta forma, o investimento em criptomoeda deve ser pensado, pelo menos por enquanto, como uma alocação de dinheiro em uma classe de ativos alternativos, que possui riscos bastante superiores



aos de investir em títulos do Governo Federal e ações, por exemplo. Se o leitor já tem receio do mercado de ações, deve ficar fora desta classe de ativos. Se tolera riscos maiores, pode pensar em alocar um percentual pequeno nesta classe de criptomoedas. Sempre faça a pergunta: se tudo der errado, estou confortável com o tamanho do investimento que fiz? Minha família estará protegida desta perda?

Não pense nesta classe como um investimento do tipo “tudo ou nada”. As chances de sucesso nunca jogam a favor de você. E a possibilidade de se machucar é muito maior que a chance de auferir elevados retornos e ficar rico.

Sócio fundador da SameSide Gestão Patrimonial, possui mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Bate-papo Contábil em Lajeado

O presidente do Sescon-RS, Célio Levandovski, o vice-presidente, Flávio Dondoni Jr., e a vice-presidente regional, Roberta Salvini, participaram do Sincovat, em Lajeado, para um bate-papo com os profissionais contábeis sobre a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).



CÉLIO E DONDONI JR. NO VALE DO TAQUARI

Levandovski esclareceu questões específicas que costumam gerar dúvidas no momento de preencher a declaração, como as situações que envolvem a dissolução da sociedade conjugal ou da união estável, dentre as quais a transferência de bens e direitos, ganhos de capital e custo de aquisição. Da mesma forma,

esteve em pauta pensão alimentícia, aplicações financeiras realizadas em moeda estrangeira, doações e comprovantes necessários para efeito de deduções.

O segundo tema do evento foi sobre a necessidade de correção da tabela de incidência do imposto de

renda. De acordo com Dondoni, “trata-se de um dos principais gargalos que impedem a circulação de valores e o desenvolvimento da economia”. O vice-presidente revelou que, de acordo com estudos do Projeto de Gestão Pública Eficaz, realizado pela entidade em parceria com a PUCRS, mais de 10 milhões de brasileiros declaram de maneira indevida e, em razão da falta de atualização, que sequer segue o índice inflacionário, a defasagem já está em 95,46%. Isso significa dizer que, se houvesse a devida correção, as pessoas físicas que recebem cerca de R\$ 3,8 mil não precisariam declarar.

NOVO HAMBURGO

Com a coordenação da vice-presidente, Tânia Schneider, a regional de Novo Hamburgo reuniu os empresários do setor contábil para o seminário de Compliance. O objetivo, conforme Tânia, foi alinhar os procedimentos técnicos com os critérios de Compliance e Transparência, exigidos pelos clientes e mercado corporativo dentro das melhores práticas de gestão.



PASSO FUNDO

O vice-presidente, Paulo Salvador, esteve à frente da Mesa Redonda do Sincontabil, em Passo Fundo. A pauta do evento foi o ICMS.



SANTA MARIA

Na região central do Estado, o vice-presidente, Emerson Dornelles Brandão, liderou a realização do Grupo de Estudos do SESCON-RS, que aconteceu no mês de maio. O evento contou com a participação do Diretor do SESCON-RS, Alexandre Sehn, que abordou a nova tabela referencial de honorários, e das diretoras da Sindhoreli, Rosângela e Tatiane, que trouxeram para o Grupo de Estudos as questões sobre os trâmites legais de registro de empresas. Em outra agenda da entidade, Brandão participou de reunião de acompanhamento do Observatório Social de Santa Maria.



Marchezan e dirigentes da JUCISRS na reunião de diretoria

O SESCOB-RS recebeu convidados especiais durante a reunião de diretoria alusiva ao aniversário de 32 anos da entidade empresarial. O Prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., e o Presidente da Junta Comercial e de Serviços do RS, Flávio Koch, participaram do encontro.

De acordo com Marchezan, a situação financeira da gestão de pessoal do executivo municipal está em fase de reestruturação. Segundo ele, foram já extintas a incorporação de gratificações e o aumento automático dos regimes de trabalho, além de alterações nas regras de aposentadoria. Sobre esse último tópico, vale destacar que em 2018 o número de servidores inativos (15.432) já superou o de ativos (14.540).

JUCIS - A vinda de dirigentes

da Junta Comercial e de Serviços do RS foi outro ponto importante da reunião de diretoria do SESCOB-RS. Além do Presidente, Flávio Koch, estiveram presentes o Vice, Sauro Henrique Martinelli, e o Secretário Geral, Carlos Vicente Gonçalves. Koch abordou questões envolvendo a Junta Digital, além de modernizações na autarquia.

JANTAR - Após a reunião de diretoria, o SESCOB-RS aproveitou a proximidade da data para realizar jantar alusivo aos seus 32 anos. Além

de diretores e colaboradores, a confraternização contou com a presença de outras lideranças do segmento contábil, entre elas, a Presidente do CRCRS, Ana Tércia Rodrigues.



AUTORIDADES PARTICIPARAM DA REUNIÃO DO SESCOB-RS

RECEITA 2030

A convite da Secretaria da Fazenda do Estado, o SESCOB-RS esteve presente no lançamento do Receita 2030, ocorrido no TecnoPuc. O Vice-Presidente, Flávio Ribeiro Jr., representou a entidade na solenidade, que contou com a presença de diversas lideranças gaúchas, de diferentes segmentos da sociedade.



FLÁVIO JR. COM O GOVERNADOR

O Governador, Eduardo Leite, e o Secretário, Marco Aurélio Cardoso, foram os anfitriões do encontro. O Receita 2030 é um conjunto de 30 medidas que visa transformar a política tributária no Rio Grande do Sul.

LUTO NA CLASSE CONTÁBIL

Foi com profundo pesar que o SESCOB-RS comunicou aos seus associados e representados o falecimento, no dia 2 de julho, da liderança contábil Antônio de Castro Palácios, ex-presidente do



ANTÔNIO PALÁCIOS

CRCR-RS, do Observatório Social do Brasil de Porto Alegre. No SESCOB-RS, Palácios fazia parte do Conselho Editorial da Revista SESCOB-RS, além de um fiel parceiro das ações da entidade e como empresário do setor de auditoria e contabilidade.

O lugar certo para eventos corporativos

É muito comum as empresas buscarem lugares externos do seu ambiente corporativo para realizar imersões com suas equipes, promover seminários e palestras, como também encontrar um local para confraternizações. Para as empresas de serviços e associadas do SESCOB-RS, o Centro de Eventos, em sua sede de Porto Alegre, tem sido o endereço escolhido para as atividades que vão desde uma reunião com o cliente até o treinamento de suas equipes de gestão.

De acordo com Aline Tailise, do Setor de Capacitação, “os espaços oferecidos possuem capacidade de seis a 130 lugares, com utilização para treinamentos, capacitações, dinâmicas, reuniões com clientes na realização de eventos empresariais”. Os ambientes em locação já são equipados com a necessidade solicitada pelas empresas, inclusive com a indicação de empresas de coffee break. Para maior conforto aos participantes dos eventos, o SESCOB-RS disponibiliza até 40 vagas em seu estacionamento.

Entre as empresas que já contrataram espaços no Centro de Eventos está o Grupo Método. De acordo com a diretora Andréia Arruda, “a nossa experiência foi muito positiva. Já locamos salas para públicos e diferentes eventos e sempre nossas necessidades foram plenamente supridas. Os espaços têm toda in-



fraestrutura necessária, além de boa localização e lugar para estacionar”, afirmou.

Para a CEO da Hunicos Desenvolvimento Humano, Paula Costa, “um espaço que superou minhas expectativas e ao mesmo tempo uma experiência acolhedora com a equipe de atendimento. Destaco ainda a estrutura de ponta que o Centro de Eventos oferece, com total conforto e praticidade nos treinamentos. O SESCOB-RS agilizou os atendimentos dando respostas rápidas proporcionando facilidade e alta disponibilidade na locação das salas para treinamentos. Além de um

ambiente de total interação, estrutura e bem-estar, internet rápida e que abrange todos os equipamentos nela conectados”, avaliou a executiva.

“Nós, da BSSP Centro Educacional, temos uma longa parceria com o SESCOB-RS e somos usuários assíduos do Centro Eventos. São espaços que atendem perfeitamente o nosso público alvo, com qualidade de suas instalações e dos equipamentos à disposição. Sua localização, estacionamento livre, compõe um conjunto de qualidades que se somam ao melhor custo-benefício para os nossos treinamentos” disse o diretor, Edgar Madruga.

Pós em Contábeis e módulo Internacional em Portugal

A 2ª edição do curso de pós-graduação em Gestão de Empresas de Serviços traz em seu programa um diferencial com aulas no exterior. De acordo com o Diretor de Educação, Marcelo Vidal, o SESCOBRAS em parceria com o SENAC firmou convênio com a Universidade de Aveiro, em Portugal, para a qualificação dos alunos através de um módulo internacional. “O cronograma do módulo no exterior já está fechado, com aulas teóricas e visitas técnicas a empresas de contabilidade. O curso terá duração de uma semana, em setembro de 2020”, disse.

Além desta novidade, o cronograma das aulas do curso de pós-graduação passou por uma reestruturação, objetivando atender os alunos empresários contábeis. “Agora, as aulas são de 15/15 dias com adequação ao calendário de eventos e obrigações dos empresários contábeis a exemplo do período do Imposto de Renda e Convenções”, comentou o Diretor de Educação. Segundo Vidal, a mudança oportuniza a maior participação dos empresários, bem como aos alunos que se deslocam de cidades do Interior.

Em relação às cidades mais distantes da capital, como Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo ou Uruguaiana, o SESCOBRAS já está em tratativas e análise para realizar, no próximo ano, a 1ª Edição do curso de pós-graduação em Gestão de Empresas de Serviços em uma



UNIVERSIDADE DO AVEIRO IRÁ RECEBER OS EMPRESÁRIOS DO PÓS GRADUAÇÃO

cidade fora de Porto Alegre. “São ações de educação continuada e de qualificação dos empresários com agregação de valor às empresas contábeis do Estado”, afirmou.

GESTÃO

A 2ª Edição da pós-graduação, que está em andamento desde março, iniciou com as disciplinas Estratégia Empresarial e Cenário Sócio Econômico. Na sequência, já realizou as aulas de Gestão de Equipes e Liderança, Gestão de Serviços e Estratégias de Marketing e Relacionamento com o Cliente. Para o segundo semestre estão previstas as disciplinas de Gestão de Custos e Formação de Preços, Técnicas de Negociação, Gestão Financeira e Orçamento e Finanças Internacionais.

PORTUGAL

O módulo internacional, na Universidade de Aveiro, acontece em setembro de 2020. Além dos alunos

empresários que participam da 2ª edição do curso, a especialização no exterior está aberta aos alunos da primeira edição, como também aos empresários que desejam qualificar seus conhecimentos técnicos e de gestão. O programa do curso prevê as seguintes disciplinas:

- MODELOS CONTABILÍSTICOS EM PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA (*)
- SESSÃO DE IMERSÃO PRÁTICA CONTABILÍSTICA EM PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA (*)
- INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EFICIÊNCIA DE PROCESSOS
- ATRAÇÃO E GESTÃO DE TALENTOS
- MARKETING

Para mais informações, as empresas e empresários podem entrar em contato com o Setor de Capacitação pelo telefone 51 3343 2090.

* Com visitas técnicas a empresas de contabilidade e correlacionadas.

Depois da crise, chegou a hora do CRESCER RS

A agenda da crise RS todos conhecem. Chegou a hora de focarmos em uma agenda positiva. Queremos uma agenda de crescimento, de oportunidades. Por que não o CRESCER RS? Para isto, é preciso reunir os Poderes e a sociedade civil organizada do nosso Estado, para que estabeleçamos os principais potenciais de crescimento que, muitas vezes, não dependem de recursos públicos, mas simplesmente de soltar as amarras que estão travando o nosso desenvolvimento. O Poder Legislativo, como ocorreu em outras ocasiões, é parte deste movimento. A expressão crise, por concepção, pressupõe um estado de coisas com começo, meio e fim. Está mais do que na hora de deixarmos a nossa crise no passado. É preciso virar a página.

Temos uma agenda de crescimento regional para o Estado. Questões como o Porto de Rio Grande, da indústria, da tecnologia, do comércio, da prestação de serviços, da carne, da soja, do agronegócio; enfim, toda a cadeia produtiva gaúcha. Retomar o ânimo dos empreendedores, desbu-

POR LUÍS AUGUSTO LARA *



rocratizar e facilitar os caminhos para o aumento de investimentos em nosso Estado.

A Assembleia Legislativa está dialogando com os demais Poderes, com as entidades empresariais, com as universidades, com a imprensa, com a sociedade, para juntos formarmos um grupo que irá desenvolver uma agenda de crescimento a partir das realidades concretas de quem faz girar a roda da nossa economia.

Nesse movimento em busca de desenvolvimento estão se somando empresários dos mais diversos segmentos. O Parlamento se dispõe ao papel de elemento catalizador para a consolidação desta soma de esforços. Não trabalharemos apenas num conjunto de ações para a superação

da crise, o que sem dúvida é necessário, mas também no restabelecimento da nossa capacidade de investimento, na geração de emprego e renda, no fomento de novos empreendimentos.

* Deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

“Temos uma agenda de crescimento regional para o Estado. Questões como o Porto de Rio Grande, da indústria, da tecnologia, do comércio, da prestação de serviços, da carne, da soja, do agronegócio; enfim, toda a cadeia produtiva gaúcha.”
